

## **Caracterização dos Objetivos - (PPA 2016-2019)**

**OBJETIVO 0727** - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde e a inovação em saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS.

### **CARACTERIZAÇÃO**

O Ministério da Saúde, visando incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico (art. 200, inciso V da CF/88), atua em todo o território nacional para a consolidação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) como elemento estruturante da Política Nacional de Saúde (PNS). A pesquisa em saúde, componente do PNCTIS, define-se pelo conjunto de conhecimentos, tecnologias e inovações que promove a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS) com o aprimoramento das ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação oferecidos à população brasileira.

No processo de consolidação da PNCTIS, o Ministério da Saúde aproxima o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o SUS, com o propósito de direcionar os esforços e investimentos para as principais necessidades de saúde da população brasileira, por meio das ações de fomento à pesquisa científica, tecnológica e inovação, qualificando práticas, procedimentos, serviços, ações, programas e políticas setoriais de saúde, contribuindo assim para a sustentabilidade do SUS. Tal competência é estatuída no Decreto n.º 8.065, de 07 de agosto de 2013.

Somam-se às ações de fomento, a realização de avaliações de tecnologias em saúde e a sistematização de evidências para subsidiar a tomada de decisão no sistema de saúde brasileiro, promovendo a utilização do conhecimento e/ou incorporação de produtos nas ações de atenção à saúde, regulação e gestão.

No panorama mundial de pesquisas clínicas, o Brasil vem canalizando investimentos internacionais crescentes, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e para a inovação no setor biomédico nacional. Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem fomentado pesquisas clínicas com o intuito de contribuir para o fortalecimento do complexo produtivo nacional da saúde, em articulação com as demandas do SUS. Destaca-se o papel de articulador do Ministério da Saúde com instituições nacionais e internacionais, contribuindo para a captação de investimentos e o aumento dos recursos para o financiamento das pesquisas definidas como prioritárias para o SUS.

Outra iniciativa de destaque coordenada pelo Ministério da Saúde é o 'Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS)', que envolve parcerias no âmbito federal e estadual, entre instâncias de saúde e de ciência e tecnologia. No nível federal, participam do programa o MS e o CNPq/MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e na esfera estadual, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) e Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e de Ciência e Tecnologia. O PPSUS é um programa de descentralização dos recursos voltados para a pesquisa científica e tecnológica que privilegia as prioridades locais e contribui para a redução das desigualdades regionais neste campo.

Outra frente de atuação do MS é o processo decisório de incorporação tecnológica, que é feito por meio de avaliação de tecnologias em saúde (ATS). Esse processo busca a promoção e a proteção da saúde da população brasileira. A ATS se utiliza de evidências científicas (segurança, eficácia, efetividade, eficiência), avaliação de impactos econômicos, análise das questões éticas, sociais e logísticas para subsidiar o processo de avaliação e incorporação de tecnologias. Vincular a decisão à ATS é necessário para que se tenha conhecimento sobre o balanço de benefícios e riscos das novas tecnologias, assim como seu impacto na sustentabilidade do SUS. O processo de incorporação de tecnologias foi aprimorado e fortalecido a partir da publicação da

lei 12.401/2011 que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (CONITEC), que tem como atribuição assessorar o Ministério da Saúde na incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como na constituição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

O desenvolvimento econômico, no setor de saúde, contribui para a produção de insumos e incorporação de novas tecnologias em saúde e na sua melhoria do desempenho da rede assistencial. A implementação de políticas públicas de saúde que integram ações de Ciência, Tecnologia e Inovação no seu campo de atuação são fundamentais à consolidação do SUS e à ampliação das condições de saúde da população. Contudo, o descompasso entre a assistência e a base produtiva e de inovação em saúde expressam a vulnerabilidade do SUS, tornando o país dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades de saúde, o que impacta na garantia de acesso da população a produtos e serviços. Tal situação contribuiu para o agravamento da dependência da oferta internacional de produtos consumidos no setor de saúde, refletindo na presença de saldos negativos na balança comercial.

O déficit de 2006 do setor de saúde foi de quase US\$ 4 bilhões e em 2014 esse déficit chegou a US\$ 11,5 bilhões, demonstrando a importância do fomento da produção local para a redução da dependência externa. Apesar do déficit recorrente da balança comercial do setor de saúde, observa-se um decréscimo na taxa de crescimento desse déficit ano a ano. Diante desse cenário, o MS definiu como estratégia o fortalecimento do Complexo Produtivo da Saúde que apresenta uma visão integrada de desenvolvimento econômico e social, sendo configurado como um conjunto de atividades econômicas, públicas e privadas, que requer a formulação de políticas específicas para que o Estado possa cumprir seu dever de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Nessa perspectiva, o MS vem adotando, de forma sistemática, o uso do poder de compra governamental como estratégia para estimular a produção nacional de produtos estratégicos para o SUS e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país mediante o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP), parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) e acordo de compensação tecnológica.

De modo a promover o desenvolvimento, a inovação e o aumento da competitividade da produção nacional, o MS atua também em parceria com as agências governamentais de financiamento e fomento (BNDES, FINEP e CNPq) bem como nos centros de inovação e de qualificação de tecnologias estratégicas para o SUS.

Devido ao papel estratégico que desempenham no âmbito do Complexo Industrial da Saúde (CIS), os produtores públicos devem ser objeto de medidas voltadas para a qualificação produtiva. Entre 2007 e 2014, esses produtores receberam R\$ 863 milhões.

Com o objetivo de fortalecer a estratégia nacional de promoção do desenvolvimento e inovação no campo da saúde, por meio de investimento nos produtores públicos e na infraestrutura pública de produção e inovação em saúde, o MS lançou no ano de 2012 o Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS). O Programa visa fortalecer o complexo produtivo da saúde, dando maior autonomia ao País em relação à produção de tecnologias estratégicas ao SUS. No período de 2012 a 2014, os produtores receberam cerca de R\$ 436 milhões e as instituições científicas e tecnológicas (ICT) receberam em torno de R\$ 156 milhões.

Em conclusão, as metas desse objetivo possibilitará gerar evidências e conhecimentos científicos para orientar as políticas públicas de saúde e a tomada de decisão por parte dos gestores, contribuindo para a sustentabilidade do SUS, o desenvolvimento do País, melhoria da qualidade de vida da população, e para o fortalecimento do papel do estado para o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde e garantia da cidadania plena.